

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DA SAÚDE  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Thaís Isabel Santos Cotrim

**O Serviço Social no Terceiro Setor: uma reflexão acerca do trabalho do  
assistente social sob a luz do Projeto Ético Político**

Goiânia

2020

Thaís Isabel Santos Cotrim

**O Serviço Social no Terceiro Setor: uma reflexão acerca do trabalho do assistente social sob a luz do Projeto Ético Político**

Monografia apresentada ao curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Ms.<sup>e</sup> Danielli da Silva Borges Reis.

Goiânia  
2020

Thaís Isabel Santos Cotrim

**O Serviço Social no Terceiro Setor: uma reflexão acerca do trabalho do assistente social sob a luz do Projeto Ético Político**

Monografia defendida no curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Aprovada em 10 de dezembro de 2020 pela seguinte Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Ms.<sup>e</sup> Danielli da Silva Borges Reis  
PUC Goiás  
**(Presidente)**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra de Faria  
**(Membro)**

---

Prof.<sup>a</sup> Ms.<sup>e</sup> Wanessa Batista Melo  
**(Membro)**

*“ Para todas as pessoas com deficiência, física, visual, intelectual, múltipla e em especial, auditiva, como eu. Não a limite para quem sonha alto...”*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter me dado força e sabedoria para continuar meus estudos, pois só Ele sabe quantas vezes quis desistir. Obrigada meu Deus.

Agradeço aos meus pais Ronaldo Almeida Cotrim e Adley Auxiliadora dos Santos, que me ensinaram a ler, escrever e principalmente a falar, obrigada pelo suporte e o ombro amigo para grandes desabafos nas horas em que estava sem forças para continuar e por compreender minhas ausências para continuar os estudos.

Aos meus avós/ôs paternos José Almeida Cotrim e Maria Conceição Lino Cotrim, por sempre perguntarem como iam meus estudos e aos meus avós/ós maternos Gersino José dos Santos (*in memoriam*) que sempre acreditou na minha formação e Maria Coraci Aleluia de Paula, que sempre fala que depois de minha formação trabalharei para ela.

Aos meus tios e tias por me ouvir meus grandes desabafos e por estar sempre acreditando nos meus sonhos e esforços.

As minhas ex-professoras da creche (ensino infantil), ensino fundamental e ensino médio, por me dar educação e conseguir chegar até aqui no ensino superior, o meu muito obrigado.

Aos meus amigos/as que pudemos compartilhar sobre a vida acadêmica e por estar sempre ao meu lado me fortalecendo.

À minha querida orientadora, professora mestre Danielli da Silva Borges Reis, por acreditar no meu potencial, pela dedicação na minha construção da monografia e o melhor de tudo por contribuir na minha formação profissional e pessoal, me espelhei muito em você diante de toda a trajetória de estudos na faculdade.

Aos demais mestres e doutorandas que me proporcionou conhecimentos ao longo dos 4 anos de curso, obrigada pela compreensão e apoio e muita riqueza de conhecimentos.

A minha supervisora de campo Tatiele Soares Santos, por contribuir com minha formação e abrir os meus olhos sobre como é a realidade no exercer da profissão, e poder compartilhar os seus conhecimentos me preparando para ser assistente social e a instituição Aprendizado Marista Padre Lancísio por me acolher de braços abertos a poder realizar o meu estágio supervisionado, o meu muito

obrigado.

A turma do Serviço Social, que conviveram comigo e que foram os meus ouvidos e que transmitiram com todo carinho e paciência as suas experiências e entendimento acerca das aulas realizadas, vocês moram no meu coração.

## RESUMO

O presente trabalho monográfico tem por objetivo debater o trabalho do/a assistente social sob a luz do projeto Ético Político, em específico, na instituição Aprendizado Marista Padre Lancísio, situada em Silvânia, Goiás. Para tanto retoma-se a história do Serviço Social no Brasil e o papel do Movimento de Reconceituação para a atual identidade profissional e o seu compromisso com os trabalhadores, para entender o porquê das mudanças e concepções atuais e assim compreender o papel das resistências, as contradições que o/a assistente social enfrenta na instituição de terceiro setor ao se colocar na lutas pelos princípios que defendemos de direitos humanos em relação aos valores filantrópicos e conservadores. Propõe-se a compreender o contexto do neoliberalismo e reestruturação produtiva, os seus impactos para a sociedade, tendo a transferência das responsabilidades do Estado para o terceiro setor. Fundamentos da reflexão sobre os serviços realizados pelo/a profissional assistente social na instituição, problematizando as premissas institucionais e os valores profissionais seguidos. Registra-se a importância do Serviço Social na política de educação existente na instituição de terceiro setor. A análise das fontes e dados coletados foi norteadas pelos fundamentos marxistas, na perspectiva dialética e de abordagem crítica do modo de produção capitalista, do desenvolvimento da sociedade, do setor privado e seu verdadeiro objetivo de expansão do capital. Concluindo positivamente, em que o assistente social está em sintonia, dentro das possibilidades, com o projeto ético-político desenvolvendo na escola a visão crítica dos estudantes e oferecendo a promoção da autonomia em relação aos seus direitos, por parte da demonstração de atividades e atribuições feitas pelo profissional assistente social dentro dos planos estabelecidos pela própria instituição.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo. Terceiro-setor. Serviço Social. Código de Ética.

## ABSTRACT

The purpose of this monographic work is to discuss the work of the social worker in the light of the political ethical project, specifically, at the Marist Apprentice Marist Padre Lancísio institution, located in Silvânia, Goiás. Brazil and the role of the Recognition Movement for the current professional identity and its commitment to workers, to understand the reason for the changes and current concepts and thus understand the role of resistance, the contradictions that the social worker faces in the institution of third sector when putting itself in the struggle for the principles that we defend of human rights in relation to the philanthropic and conservative values. It is proposed to understand the context of neoliberalism and productive restructuring, its impacts on society, with the transfer of State responsibilities to the third sector. Fundamentals of reflection on the services provided by the professional social worker in the institution, questioning the institutional premises and the professional values followed. The importance of Social Work is registered in the education policy existing in the third sector institution. The analysis of the sources and data collected was guided by Marxist foundations, from a dialectical perspective and a critical approach to the capitalist mode of production, the development of society, the private sector and its true objective of capital expansion. Concluding positively, in which the social worker is in tune, within the possibilities, with the ethical-political project developing in the school the critical view of students and offering the promotion of autonomy in relation to their rights, by the demonstration of activities and attributions made by the professional social worker within the plans established by the institution itself.

**Keywords:** Neoliberalism. Third sector. Social service. Code of ethics.

## **LISTA DE SIGLAS**

<b>APTA</b>	Assistência ao Pequeno Trabalhador Autônomo
<b>CF</b>	Constituição Federal
<b>CFESS</b>	Conselho Federal de Serviço Social
<b>CRAS</b>	Centro de Referência de Assistência Social
<b>CREAS</b>	Conselho Regional de Assistência Social
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>UBEE</b>	União Brasileira de Educação e Ensino

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	22
<b>2 NEOLIBERALISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: A TRANSFERÊNCIA DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO PARA O TERCEIRO SETOR</b> .....	26
2.1 Crise 1970 na Europa, ideário neoliberal e reestruturação produtiva .....	28
2.2 Novo padrão de intervenção do estado com o social no terceiro setor e seus desdobramentos .....	30
<b>3 O TERCEIRO SETOR COMO ESPAÇO SOCIO-OCUPACIONAL PARA O SERVIÇO SOCIAL</b> ....	32
3.1 O serviço social e a atual conjuntura: o terceiro setor como espaço de trabalho do assistente social .....	34
3.2 Características do trabalho do assistente social no terceiro setor .....	37
3.3 Código de ética e projeto ético político: ações sociais e demandas do terceiro setor .....	39
<b>4 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA INSTITUIÇÃO APRENDIZADO MARISTA PADRE LANCÍSIO</b> .....	41
4.1 Serviço Social e escola aprendizado marista padre Lancísio .....	42
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	51
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	53
<b>APÊNDICE</b> .....	55

## INTRODUÇÃO

O Serviço Social visa à garantia dos direitos sociais e trabalha com várias políticas sociais. Entende-se que o Serviço Social no Brasil sofre ao longo do tempo mudanças no modo de pensar e até mesmo no seu verdadeiro significado, este processo bem como outros é fruto do Movimento de Reconceituação Latino Americano.

A Profissão tem seu início com o conservadorismo que se orientava por mediações éticas e morais como o neotomismo e positivismo; porém, nessa direção não se encontravam respostas para as demandas da questão social, desencadeando o nascimento de novas buscas e formas para respondê-las como a aproximação do marxismo e da teoria social crítica que rompem com o Serviço Social tradicional. Com o Movimento de Reconceituação, o Serviço Social assume o compromisso com o trabalhador e com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, bem como a defesa na emancipação humana, firmada nos seus demais valores, a autonomia, igualdade social e a soberania do povo (BARROCO; TERRA, 2012).

Sabe-se que tem crescido em número, as instituições beneficentes, que se inserem no que se denomina de “terceiro setor” para atender a população em situação de vulnerabilidade. Para isto, é necessário esclarecer nosso entendimento acerca do que é caridade ou uma realização de solidariedade, pois, trata-se de uma responsabilidade do Estado que é transferida porém somente para uma determinada parcela da população, gerando a fragmentação da garantia de direitos, como no caso da educação.

Este fenômeno se deve a nova política econômica neoliberal, com foco no aumento de empresas de mercado de setor privado e com o objetivo de que o Estado seja mínimo. Com isso, os investimentos nas políticas sociais públicas foram diminuído, agravando mais ainda a “questão social”, fazendo com que instituições de terceiro setor ganhassem a sua participação na sociedade assumindo os espaços que antes eram ocupados pelas ações estatais que deixaram sob a responsabilidade da sociedade civil lidar com as vulnerabilidades por meio de ações socioassistenciais e benefícios.

Sobre esse contexto, construiu-se o objeto deste estudo como “o trabalho do/a assistente social em uma instituição filantrópica sob a luz do Projeto Ético

Político”, indagando se o trabalho do/a assistente social na Escola Aprendizado Marista está em sintonia com o Projeto Ético Político do Serviço Social?

Sabemos das críticas que o Serviço Social faz a natureza destas instituições e ao terceiro setor, entende-se que esta não é a mais adequada forma de viabilizar direitos pois, acredita-se que o direito é inerente ao exercício da cidadania e cabe ao governo garanti-los mediando a participação nas condições de vida de seus cidadãos. Se não há garantia, deixa de ser direito e passa a ser benefício despolitizando a cidadania. Na pesquisa que integra a monografia possibilita demonstrar que, no que pese a realidade, o Aprendizado Marista Padre Lancísio como defensor das políticas públicas e peça primordial na proteção e defesa dos direitos da criança e adolescente têm como parceiro nesta luta os seguintes órgãos de proteção existente no município como, por exemplo, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Comitê de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente, Conselho Tutelar, Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) (MARISTA,2020).

De acordo com a pesquisa desenvolvida e o estágio, apreende-se que mesmo sendo a instituição de terceiro-setor, o/a assistente social através de seu plano de trabalho e do Código de Ética, atua em sintonia, dentro das possibilidades, com o projeto ético-político desenvolvendo na escola a visão crítica dos estudantes e oferecendo a promoção da autonomia em relação aos seus direitos. São sujeitos de direitos e auto proteção, direitos que muitas das vezes eles não sabem, tornando-os vulneráveis. E busca-se fortalecer a autonomia, a visão crítica, auto proteção e os direitos mantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Constituição Federal de 1988 (CF).

Este trabalho monográfico tem como objetivo geral de debater o trabalho do/a assistente social sob a luz do projeto ético político na instituição Aprendizado Marista Padre Lancísio; retomar a história do Serviço Social no Brasil e o papel do Movimento de Reconceituação Latino Americano para a atual identidade profissional e o seu compromisso com os trabalhadores. O que é essencial para entender o porquê das mudanças e concepções atuais e compreender o papel das resistências, as contradições que o/a assistente social enfrenta na instituição filantrópica ao se

colocar na lutas pelos princípios que defendemos de direitos humanos em relação aos valores filantrópicos e conservadores.

São objetivos específicos compreender o contexto do neoliberalismo e reestruturação produtiva, tendo em vista explicar a transferência das responsabilidades do Estado para o terceiro setor; discutir os serviços realizados pelo/a profissional assistente social na instituição filantrópica, problematizando as premissas institucionais e os valores profissionais seguidos e a importância do Serviço Social na política de educação existente na instituição filantrópica.

No último semestre das atividades de estágio, na disciplina Estágio Supervisionado III, ocorreu a pesquisa de campo, a coleta de dados, sobre o trabalho do/a assistente social, suas atribuições na instituição tendo como norte o Código de Ética para o cotidiano de seu ambiente de trabalho. A pesquisa documental subsidiou a discussão sobre o trabalho profissional da assistente social ao selecionar documentos institucionais como, por exemplo, o plano de trabalho do Serviço Social; e acrescenta-se a realização de entrevista juntamente com o profissional assistente social dentro da instituição com o intuito de compreender e buscar mais informação sobre o trabalho realizado.

Desenvolveu-se uma revisão bibliográfica de autores como Harvey (2013), Berring (2000), para compreender o contexto do neoliberalismo e seus impactos, como a transferência das responsabilidades do Estado para o terceiro setor; Montañó (2006, 2009), para abordar o terceiro setor e a questão social, mas também Andrade (2015); Barroco (2005), para problematizar a ética e o Serviço Social com a contribuição de Yamamoto (2000) que discute a contemporaneidade da profissão e demais autores que contribuíram para fundamentar o estudo e para uma reflexão crítica sobre o tema.

A coleta de dados foi feita em documentos institucionais, como mencionado, com a observação no ambiente de trabalho, ou seja, na instituição filantrópica, onde buscou-se analisar as diversas formas em que o/a profissional assistente social se compromete com seus valores profissionais e a ética durante a realização de suas atribuições. Os documentos institucionais foram de grande relevância como indícios do que é desenvolvido pelo Serviço Social e se existem políticas na instituição, o

que tornou necessário a caracterização do/a profissional assistente social na instituição.

A análise das fontes e a coleta de dados foi norteadas pelos fundamentos marxistas, na perspectiva dialética, fazendo uma crítica ao modo de produção capitalista, do desenvolvimento da sociedade, do setor privado e seu verdadeiro objetivo de expandir o capital e onde tudo desdobra-se. Busca-se entender como recai no compromisso dos/as profissionais assistentes sociais com o Projeto Ético-Político.

Além de introdução e considerações finais, o presente trabalho foi estruturado em três capítulos para a melhor compreensão existente do objeto. No primeiro, “Neoliberalismo e reestruturação produtiva: a transferência da responsabilidade do estado com o social para o terceiro setor”, apresentou-se a história da crise de 1970, o fortalecimento do ideário neoliberal, a reestruturação produtiva e a reforma do Estado e as consequências para a área social com a transferência das ações estatais para a sociedade civil.

Na segunda parte, sobre “o terceiro setor como espaço sócio ocupacional para o serviço social”, aborda-se a profissão de Serviço Social, a atual conjuntura e suas características no terceiro setor. E, por fim, discute-se “o trabalho do assistente social na instituição Aprendizado Marista Padre Lancísio”, apresentando a instituição, seus valores, objetivos, o seu público-alvo, caracterizando o trabalho do assistente social neste espaço para apresentar uma análise de suas atribuições, tendo como parâmetro os planos de trabalho. Trata-se, também, neste capítulo da valorização por parte da instituição com o profissional assistente social, finalizando a problematização dos dados documentais e trazendo a resposta ao problema.

Compreender essa articulação entre a filantropia e o compromisso Ético-político pode ser considerado uma das principais relevâncias da pesquisa realizada e da monografia. A principal motivação para sustentar o presente estudo monográfico reside na importância que o tema possui para a sociedade atual, a despeito de a filantropia nascer no passado em época do assistencialismo. Vem sendo considerado um tema contemporâneo, um trabalho que existe na sociedade e é tendência, como campo de trabalho que demanda a atuação do profissional assistente social.

## **2 NEOLIBERALISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: A TRANSFERÊNCIA DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO PARA O TERCEIRO SETOR**

Entender a origem e influência do neoliberalismo requer retomar uma trajetória histórica sobre como se chegou a um projeto político e econômico-social para a “resolução” dos problemas surgidos estruturalmente pelo próprio desenvolvimento do sistema capitalista.

O incipiente desenvolvimento do comércio, a ascensão de uma nova classe social, a burguesia, os ideais iluministas e uma estrutura de privilégios descompassada foram alguns dos fatores que contribuíram para a crise do sistema feudal e, por consequência, para uma era de revoluções contra o Antigo Regime. O iluminismo, nesse contexto, como ideia centrada no uso da razão, fomentou uma série de novos valores para uma sociedade que se desenvolvia em outros moldes estruturais.

Direito à liberdade de opinião, à propriedade privada, à resistência, igualdade perante a lei e justiça era alguns desses valores defendidos pelos filósofos iluministas de então. Tratava-se de um novo fundamento para a vida em sociedade, amparado pela lógica e pela ciência, que surgiu com ideias de liberdade econômica e política, ou seja, que defendiam a liberdade do comércio e, os direitos da burguesia se desdobrou no que se conhecerá como liberalismo (CAENEGEM, 2000).

O liberalismo buscava romper com as amarras parasitárias da aristocracia e do clero, do Estado Absoluto, com seu poder discricionário (BEHRING, 2000, p. 5). Ou seja, nada de intervenções e explorações por parte do poder do Estado, através da economia e política. Acreditava-se que a sociedade civil tinha a autonomia de trabalhar e lidar com a economia, através da sua liberdade de abrir suas empresas e o seu empreendedorismo de livre iniciativa privada.

Sabe-se que a economia desenvolvida nos moldes liberais levaram a Crise de 1929 que somada às duas grandes guerras, a I e II Guerras Mundiais, deixaram a Europa em péssimo estado, desestruturada, acentuando as expressões da questão social; e por isso, sob a influência das teorias Keynesiana, a economia reestruturou-se, alterando o perfil do Estado.

Sobre esse processo, até em meados de 1930, transformações foram surgindo nos processos de produção como, por exemplo, a criação de indústrias, a produção em série, alterando a reprodução social em toda sociedade. Com a I Guerra Mundial o mundo começou a entrar em crise, especialmente os Estados Unidos da América, aumentando as dívidas de todos os outros países, obtendo também prejuízos por parte das vendas de mercadorias. Por causa da diferença na distribuição de rendas aos trabalhadores, o consumo diminuiu, afetando a produção e o armazenamento, ou seja, sem compradores. As ações das empresas foram perdendo valores resultando nos grandes empresários com suas indústrias de pouco valor, com os seus baixos preços diante da crise existente (DORIGO; VICENTINO, 2010). A crise de 1929 deixou alguns resultados:

O primeiro foi o crescimento do movimento operário, que passou a ocupar espaços políticos importantes, obrigando a burguesia a “entregar os anéis para não perder os dedos”, diga-se, a reconhecer direitos de cidadania política e social cada vez mais amplos para esses segmentos... O segundo e não menos significativo processo, foi a concentração e monopolização do capital, demolindo a utopia liberal do indivíduo empreendedor orientado por sentimentos morais (BEHRING, 2000, p.7).

A consolidação das relações de produção desenvolvidas pelas indústrias e a exploração dos trabalhadores, os quais vivenciando um estado de calamidade, começaram a reivindicar e se importar como desenvolvimento de políticas que pudessem lhes garantir direitos, fazendo com que os capitalistas abrissem mão para o estado intervir, já que perderam a valorização de suas empresas e precisaram declarar falência. O Estado de Bem Estar Social, aquele que se desenvolveu devido à crise de 1929 e no pós segunda guerra, devido às situações geradas na vida da população em geral com as guerras, Pereira (2000) o resume da seguinte maneira:

É no bojo desse duplo movimento, tenso e contraditório, sensível, ao mesmo tempo, aos interesses do capital e do trabalho, que nasce a política social moderna, integrante de um complexo político-institucional mais tarde denominado *Welfare State* ou Estado de bem-estar social (PEREIRA, 2000, p.120).

O sistema capitalista ainda dominava como modo de produção, porém, com *Welfare State* foram adotadas novas políticas, principalmente para os trabalhadores,

em favor da assistência aos desempregados, os de situação de vulnerabilidade, devido às relações sociais existentes, entendendo o Estado uma instância legítima para organizar e gerir a provisão coletiva contra a perda de renda causada por essas contingências (PEREIRA, 2000, p.121)” a chamada “questão social”.

Por conseguinte, foi necessário um plano estatal que conciliasse os trabalhadores e o sistema dominante, para o melhor desenvolvimento da economia e da vida dos trabalhadores. Trata-se do “plano Keynesiano” que, de acordo com Harvey (2013), alterou o perfil do Estado e justificou o que se chama aqui de *Welfare State*, pois passou a:

Concentrar-se no pleno emprego, no crescimento econômico e no bem-estar de seus cidadãos, [cujo] poder [...] deveria ser livremente distribuído ao lado dos processos de mercado ou, se necessário, intervindo ou mesmo substituindo tais processos para alcançar esses fins, e políticas fiscais e monetárias em geral caracterizados como “Keynesianas” foram implantadas extensamente para suavizar os ciclos de negócio e assegurar um nível de emprego razoavelmente pleno (HARVEY, 2013, p. 20).

Compreende-se esse Estado como um estado democrático de direito, que participa da economia, cobrando impostos e fiscalizando-a e investe em políticas sociais, são definidas as intervenções do Estado por parte da realização de políticas sociais contribuindo com o exercício da cidadania, a sua proteção e na segurança do trabalho; resumindo, o Estado de Bem-Estar obteve as suas maiores obrigações em garantir a seguridade social (PEREIRA, 2000).

Isso significa dizer que através do arrecadamento de altos impostos feito pela intervenção do Estado junto as grandes empresas, para realizar grandes gastos públicos no âmbito social, ocorre uma “justificativa” para a próxima crise econômica, a de 1970.

## **2.1 Crise 1970 na Europa, ideário neoliberal e reestruturação produtiva**

Entender o real motivo da crise gerada ao final da década de 1970 requer observar e estudar as relações que envolvem a sociedade, seja na economia, na política e no processo de produção, como, por exemplo, a forma de produção fordista, a elevada produção sem medir demandas. Em épocas de existência do plano Keynesiano “o núcleo essencial do fordismo manteve-se forte até pelo menos 1973, baseado em produção em massa” (ANTUNES, 2006, p. 28) para atender os

consumidores, sendo um dos pilares para o gerenciamento e melhoria da economia. Até que esse modelo de produção não mais sustentou a economia e sua necessidade de lucros, gerando uma nova crise.

Mota (2009) exemplifica os motivos da verdadeira crise que ocorreu durante a década de 1970, o que está longe de poder ser justificada pelos gastos com políticas públicas como bem quer a classe dominante. Um deles é a forma de produção, com a qual se aumentava os estoques, porém com menor procura, menor demanda de consumo, ou seja, acarretou no aumento de produtos em estoque para vender com menos compradores.

No âmbito do sistema capitalista e da sua economia-mundo, instala-se muito mais do que uma crise econômica: estão postas as condições de uma crise orgânica, marcada pela perda dos referenciais erigidos sob o paradigma do fordismo, do keynesianismo, do WelfareState e das grandes estruturas sindicais e partidárias (MOTA, 2009, p.8).

Pontua-se que os gastos públicos em políticas sociais foi uma das principais justificativas para a existência da crise de 1970, de modo que se defendia que as responsabilidades do Estado juntamente com a seguridade social fizeram com que se entrasse em crise, afetando os direitos dos indivíduos e em especial a classe trabalhadora. Tal conjuntura abre espaço para novas ideias e perfil de gestão e sob a influência das ideias de cunho neoliberal, existentes desde a década de 1940, o perfil do Estado foi novamente alterado para um Estado mínimo, que investe menos no âmbito social (DORIGO; VICENTINO, 2010).

As mudanças foram consideradas necessárias para enfrentar a sua crise de acumulação, o que se deu com uma nova forma de gestar a economia sob os ideais neoliberais

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HARVEY, 2013, p.12).

Pensar nos direitos sociais e humanos de todas as classes, e em especial a classe trabalhadora, não estava em primeiro plano, pois era justificativa para a crise

existente, devido aos altos gastos e dívidas acumuladas pelo Estado em relação às políticas existentes para a proteção dos cidadãos. Não significou eliminar as ações de seguridade social, mais sim privatizando-as, com base na defesa de que os seres humanos eram capazes com a sua livre iniciativa de lutar e conquistar sozinho, sem a interferência do Estado, todos os bens e planos para a sua sobrevivência (HARVEY,2013).

O desenvolvimento da economia ficou sob a responsabilidade da sociedade civil. O Estado, por sua vez, ficou responsável apenas para “criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas” (HARVEY, 2013, p.12). O Estado, nesta conjuntura, existe para defender e proteger a liberdade da sociedade civil em seu exercício de abrir um novo mercado, e a propriedade privada que deverá ser resguardada.

Com o neoliberalismo, a classe trabalhadora encontra-se ainda mais longe de alcançar os seus direitos e ter uma vida digna, com bem-estar. E entende-se que o discurso de liberdade, como afirma Harvey, “são ideais políticos da dignidade humana e da liberdade individual” (HARVEY,2013, p. 15), porém, não é exatamente para todos; é tão somente para aqueles que já possuem poderes para construir a economia e que já tem a sua propriedade privada, restando ao Estado apenas protegê-los.

Com o Estado mínimo, expande-se a participação principalmente por parte da sociedade civil, entre elas os novos surgimentos do trabalho voluntariado, comercial na figura das pequenas e grandes empresas privadas, e o informal representado na realização por parte de construção de grupos civis e comunidades). Estes três pilares ganham força na sociedade, sob o neoliberalismo, a forte reestruturação da economia capitalista (PEREIRA, 2000) e acarreta na perda de direitos sociais e políticos por parte da realização do Estado.

## **2.2 Novo padrão de intervenção do estado com o social no terceiro setor e seus desdobramentos**

Nas orientações da política econômica neoliberal, o Estado é minimalista nas suas atividades e responsabilidade, e com isso transfere suas responsabilidades para a sociedade civil, para o chamado terceiro setor. Castro (2017) explica os três setores divididos,

A expressão terceiro setor é resultado de uma divisão criada pelos Estados Unidos, em que o primeiro setor é constituído pelo Estado, o segundo setor pelos entes privados que buscam fins lucrativos – ou seja, o mercado – e o terceiro setor é formado pelas organizações privadas sem fins lucrativos prestadoras de serviços públicos (popularmente chamadas de ONG's) (CASTRO, 2017).

A origem de concepção do “terceiro setor”, de acordo com o Montaño (2005), em seu livro Terceiro setor e questão social, o “terceiro setor” foi cunhado por intelectuais orgânicos do capital, e isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias a alta burguesia (MONTAÑO, 2005, p.53)”

Conforme citado acima, está claro que o terceiro setor foi criado pelos poderosos neoliberais, que está sintonizado ao desenvolvimento em favor da classe média e alta, sempre pensando nos objetivos de renovações para o ganho e benefício no desenvolvimento do processo de produção capitalista.

Montaño (2006) retrata melhor a que veio e como se resultou o terceiro setor, como se dá suas atividades, a natureza delas, e como o resultado afeta e se desdobra no acesso a direitos sociais, e despolitizados pelo novo tratamento.

Como solução parcial à crise capitalista, o neoliberalismo pretende a reconstituição do mercado livre, reduzindo e inclusive eliminando a intervenção social do Estado em diversas áreas e atividades. Assim, nessa nova estratégia hegemônica (neoliberal) do grande capital, é concebido um novo tratamento à "questão social". Cria-se uma modalidade polimórfica de respostas às necessidades individuais, diferentes conforme o poder aquisitivo de cada pessoa. Portanto, tais respostas não constituiriam um direito, mas uma atividade filantrópica/voluntária ou um serviço comercializável; também a qualidade dos serviços responde ao poder aquisitivo da pessoa; a universalização cede lugar à focalização e à municipalização; a "solidariedade social" passa a ser localizada, pontual, identificada com a auto-ajuda e com a ajuda-mútua (MONTAÑO,2006, p.03).

Uma nova forma, decorrente da reestruturação a favor da liberdade de abrir mercados e conter direitos individuais, de abrir e administrar sem a participação do Estado. Percebe-se que é implantada também a nova forma de lidar com as pressões na sociedade como a desigualdade social e a “ questão social”, ou seja, o terceiro setor é tomado para realizar essas atividades na forma de caridade,

“doações” de direitos políticos e sociais e com isso opera-se a maximização da implantação de instituições e entidades filantrópicas.

Se os direitos deveriam ser para todos, sabe-se que com a filantropia não se consegue garantir para todos, são limitados, alcançam apenas uma pequena parcela da sociedade, e as escolhas dependem do grau de carência do individualismo. O direito é adquirido para aqueles que mais “precisam”, desvalorizando a garantia de direitos para todos, e um dos artigos existentes na Constituição Federal- CF de 1988, que diz que todos são sujeitos de direitos e deveres (BRASIL,2011).

Nesse contexto de diminuição do papel fundamental do Estado, percebe-se a importância e a necessidade do papel dos profissionais assistentes sociais dentro das instituições filantrópicas e de terceiro-setor, para a realização de políticas sociais e “lidar com necessidades e justiça social” (PEREIRA, 2000, p.127).

### **3 O TERCEIRO SETOR COMO ESPAÇO SOCIO-OCUPACIONAL PARA O SERVIÇO SOCIAL**

A origem do Serviço Social veio por meio das igrejas católicas no século XIX, através da influência de neotomismo, tendo suas principais ações realizadas nos espaços filantrópicos, instituições de caridade, igrejas etc.

E o seu modo de trabalho, na época de origem, vinha por meio da ação do assistencialismo, que trabalha por meio de caridades, ajuda e solidariedade, tendo o prisma conservador, ou seja, regido pelos valores morais, baseado na ordem e no disciplinamento dos cidadãos. Sobre isso, Vieira (1981) enfatiza o objetivo do Serviço Social em sua origem:

Capacitar o homem para que, pelos seus próprios esforços, construa uma sociedade onde possa se realizar plenamente. Temos, portanto, um ideal-“o Homem plenamente realizado” mas situado na temporalidade: na construção de uma sociedade por ele mesmo (VIEIRA, 1981, p.30).

O objetivo do Serviço Social em suas primeiras décadas volta-se para a “evolução” do homem, na “organização” dita como ordem na sociedade, para que tenhamos uma boa civilização e em que o exercer da profissão de Serviço Social

seja realizada em benevolência e de forma generosa, para manter a civilização e amenizar a vulnerabilidade social (MONTAÑO,2009).

Os/as assistentes sociais, no século XX, em meados 1930, tinham como ponto de partida na sua atuação e competência atenderem como forma de ajuda, realizando doações por meio de caridades, atendendo os seres humanos e capacitando-os para o melhor desenvolvimento humanizado. Tem-se o enfoque a partir de si mesmo e de visão focalista e individualista. Os esforços e empenhos serão jogados para os indivíduos resolverem, de mudarem a si mesmos.

Yazbek (2009), exemplifica a gênese e quando o Serviço Social se tornou, de fato, uma profissão,

As particularidades desse processo no Brasil evidenciam que o Serviço Social se institucionaliza e legitima profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento e regulação da Questão Social, a partir dos anos 30, quando a intensidade e extensão das suas manifestações no cotidiano da vida social adquirem expressão política. A Questão Social em suas variadas expressões, em especial, quando se manifesta nas condições objetivas de vida dos segmentos mais empobrecidos da população, é, portanto, a "matéria-prima" e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e na construção/atribuição da identidade da profissão (YAZBEK,2009, p.06).

Razão pela qual houve a necessidade da realização do Serviço Social, para enfrentar as desigualdades sociais, afetando diariamente a vida da população, o modo de produção capitalista, ou seja, a exploração vai levando ao contraste entre as classes fazendo com que a classe trabalhadora seja cada vez menos favorecida cada vez mais vulnerável, principal causa pela qual os profissionais de Serviço Social existem, para que os direitos humanos sejam assegurados ao indivíduo e sua família.

No que diz sobre a necessidade de mudança ao enfrentamento das expressões da questão social, se dava através da forma que ela era vista, ou seja, como uma mediação ético-moral, cujos problemas eram resolvidos individualmente, resultando a fragmentação da ação do Estado;

Com isto, o enfrentamento da "questão social" que se consolida em dois modos de fragmentação: ela mesma se divide em "problemas" isolados e as

classes às quais ela se destina são tratadas a partir dos indivíduos que as compõem, tomadas isoladamente e responsabilizados, pessoalmente, pela sua continuidade (BARROCO, 2001, p.87)

Toda situação de vulnerabilidade social era tratada através das atitudes dos indivíduos, para superar deveriam mudar seus comportamentos e seu modo de ser. O Estado era apenas um suporte, para que quando não se resolviam, era obrigado a tomar atitudes para manter a ordem social, “despolitizando as políticas sociais” e que sejam “reconhecidas como um benefício de cunho moral” (BARROCO,2001, p. 90)’. Assim, houve grandes equívocos para os enfrentamentos da “questão social”, pois não se encontrava respostas que gerasse resultados eficazes. Na atualidade, os desafios permanecem, ainda que sob a luz de uma nova direção social, amparada em outros valores, como já apresentado.

### **3.1 O serviço social e a atual conjuntura: o terceiro setor como espaço de trabalho do assistente social**

Entendemos que o Serviço Social no Brasil vem sofrendo ao longo do tempo mudanças, no modo de pensar, o novo campo teórico, razão de surgirem a ruptura que foi trazida com o Movimento de Reconceituação, no qual se passaram diferentes momentos em busca de respostas a questão social, pois não encontravam respostas coerentes de intervenção mediante os aspectos teórico-metodológicos disponíveis ao serviço social no momento. É importante entender que a profissão do Serviço Social, historicamente, vem construindo novas formas de sua significação, a sua metodologia e o tecno-operativo e a sua forma de pensar nos aspectos teórico-metodológicos.

Num contexto marcado pelo surgimento de novas demandas, como visto anteriormente, é necessário renovação, um novo olhar para o vigente contexto social pós-moderno, e é a partir daí que a autora Iamamoto (2000) faz uma análise do Serviço Social para entender sua história e particularidade, uma visão que não é endógena do Serviço Social, de sua história, ao considerar a estrutura e os determinantes sociais e econômicos de seu desenvolvimento.

Em primeiro lugar, para garantir uma sintonia do Serviço Social com os tempos atuais, é necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão “de dentro” do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos (IAMAMOTO, 2000, p.20).

Percebemos que para assegurar o entendimento do Serviço Social em momentos contemporâneos é preciso considerar a sua história, as necessidades de suas mudanças e transformações, sem a sua história não se justifica o Serviço Social pensar e ser como é hoje, abrindo novos caminhos e aprofundando em novos conhecimentos.

Barroco (2004), das origens aos novos desafios para o projeto ético-político, informa que:

A intervenção profissional esta historicamente vinculada às sequelas da “questão social”, mas adquire novos contornos nesse processo de “esgarçamento” dos vínculos sociais, de desrespeito ao ser humano, de violência e perda de direitos, de privatização do público, de desemprego, o que rebete no trabalho profissional, envolvendo seus agentes como trabalhadores assalariados e assistentes sociais. Assim, embora historicamente a profissão tenha um vínculo prático e teórico privilegiado com os direitos humanos –especialmente os direitos sociais o debate dos direitos humanos, como tema específico, é algo que começa a ganhar maior visibilidade na profissão na década de 1990 (BARROCO,2004, p.39)

Acontecia nos anos 90, o crescente envolvimento da categoria contra a gênese conservadora, pois havia grandes equívocos na atuação para o enfrentamento a “questão social” e os crescentes agravamentos da desigualdade social. O questionamento dos valores tradicionais acontecia neste cenário, o conservadorismo é senão “um projeto político de oposição histórica ao Iluminismo, ao liberalismo e as ideias socialistas, ele valoriza o passado, a tradição, a autoridade fundada na hierarquia e na ordem” (BARROCO, 2001, p.81)'

Para buscar novas respostas era necessária uma ruptura, o tradicionalismo não assegurava novas estratégias para enfrentar a “questão social”. Vai se construindo o movimento de reconceituação do Serviço Social, mas para isso era necessário a participação popular, encontros para discutir novas dimensões, o que ocorreu em setores organizados para a realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, um marco importante para discutir a reformulação do Código de Ética de 1986. E passadas várias gerações até chegar ao contexto atual do surgimento de novas demandas, e do modelo profissional, sendo necessária a alteração do novo código de ética, este que foi alterado através de grandes movimentos. Com isso o projeto ético-político é construído, ou seja, o projeto é um

conjunto de valores e princípios que estão materializados na lei de regulamentação e no código de 1993, bem como é resultado de uma cultura profissional recentemente construída (BARROCO, 2004).

De acordo com Iamamoto (2000), dentro das alterações de dimensões para com o profissional assistente social, a divisão sociotécnica do trabalho vem também sofrendo modificações,

[...] as mudanças históricas estão hoje alterando tanto a divisão do trabalho na sociedade, quanto a divisão técnica do trabalho no interior das estruturas produtivas, corporificadas em novas formas de organização e de gestão do trabalho (IAMAMOTO, 2000, p. 21).

Por não encontrar respostas para a questão social, em relação ao mundo, a organização teórica e de fundamentos acerca dos profissionais vem alterando com o passar do tempo, as técnicas de realizações da profissão como meio para investigação e o seu exercer vem sendo atualizadas e até mesmo um novo olhar para com a sociedade surge da nova perspectiva de trabalho, ou seja, a perspectiva de uma visão crítica. “Percebendo que o momento presente desafia os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social. (IAMAMOTO, 2000, p.40)”

Constituiu-se em grandes lutas e movimentos sociais, onde os profissionais assistentes sociais foram os participantes desta trajetória em busca de uma democracia. E com isso vieram a trazer novas formas de pensamento e a modificações nos presentes códigos de ética na elaboração de princípios, valores e ética para o Serviço Social brasileiro.

Percebe-se que a atual conjuntura juntamente com a estratégia do neoliberalismo desdobra-se nos profissionais no âmbito de sua profissionalização e realização de seus trabalhos. “Em contexto de crise, as políticas sociais são os principais alvos da mercantilização, da focalização, da privatização” (BOSCHETTI, 2017, p.65), o que prejudica a garantia do direito para aqueles em situação vulnerável.

Devido às determinadas exigências por parte das instituições que influem na atuação e competência dos profissionais quando posto para alcançar metas

exigidas. Ou ainda quando suas atribuições são percebidas e confundidas como multifuncionais, como um profissional polivalente.

As atribuições do assistente social são confundidas como ajuda, a falta de conhecimento das grandes mudanças surgidas do passado até o presente, ainda são confundidos os objetivos do trabalho do assistente social, deixando de realizar grandes tarefas que não são atribuídas a eles. É preciso entender quais são suas funções e também as características dos assistentes sociais dentro das instituições de “terceiro setor”.

### **3.2 Características do trabalho do assistente social no terceiro setor**

Não obstante a filantropia ser uma ação antiga, tal qual o é o assistencialismo, isso pode ser considerado um tema contemporâneo para debate, cujas ações existem na sociedade muitas vezes personificadas por entidades do terceiro setor, inclusive como campo de trabalho que necessita da atuação do profissional assistente social para a busca de respostas a questão social, pois com a “diminuição da intervenção do Estado, os laços de solidariedade local entre particularidades aumentariam, criando-se espaços de participação (ANDRADE,2015, p.92). Nos espaços de terceiro setor os grandes protagonistas são os civis com a sua forte realização de trabalho em forma de assistencialismo, pois, se entende a solidariedade como “ajuda”.

No contexto atual, em que se “desresponsabiliza o Estado e responsabiliza os sujeitos sociais pelas respostas às suas necessidades sociais” (ALENCAR, 2009, p.07) os profissionais assistentes sociais são chamados para a realização do seu trabalho em instituições de terceiro setor de natureza filantrópica, para formular e implantar projetos sociais, bem como atribuições que fazem parte do universo profissional, mas que muitas vezes se apresenta de maneira contraditória, já que pelo perfil da instituição, pelo não compromisso firmado com a política assistência social na perspectiva do direito, os desafios são postos á atuação do assistente social comprometido com o projeto ético-político da profissão.

Das atribuições do profissional de Serviço Social no terceiro setor, podemos mencionar a gestão de serviços sociais,

Os assistentes sociais estão sendo demandados nestes novos espaços profissionais para atuar na Gestão de programas sociais, o que implica o desenvolvimento de competências no campo de planejamento, formulação e avaliação de políticas sociais (ALENCAR,2009, p.13).

No que diz respeito às suas realizações de trabalho dentro do terceiro setor, implica os estudos na formulação e administração nas garantias de direitos, mesmo porque muitas das vezes as políticas sociais são limitadas e definidas como seletivas e não garantidas para todos. Entendemos que as atividades dos assistentes sociais em setores de terceiro setor, cuja natureza é filantrópica, sem estratégias sólidas de cunho crítico-reflexivo, podem reproduzir ações de limitado alcance devido ao perfil tradicional e conservador que muitas das instituições filantrópicas assumem ao lidar com os problemas sociais.

Nesse perfil de atuação, as situações cotidianas são fatos sociais, não há a visão totalitária da sociedade e a busca por entender o real motivo dos acontecimentos e seus determinantes que envolvem as relações sociais no atual sistema de produção, o capitalismo, para se pensar novos horizontes e resoluções transformadoras. A ação é geralmente focada mais no técnico-operativo, apenas para resolver, no âmbito do imediato, a demanda que se coloca, o que deixa claro o “caminho para a neutralização dos conteúdos críticos da cultura profissional” (ANDRADE,2015, p.07).

Ademais, na medida em que os assistentes sociais conhecem a realidade dos usuários, fora e dentro da instituição de terceiro setor, ele pode criar e implantar projetos sociais para mediar grandes contradições sociais, o que está vinculado ao projeto ético-político, ao seu compromisso com os direitos humanos, o que faz a sua responsabilidade estar em consonância ao Código de Ética. Nele, está contido todas as regras, valores e princípios, também as atribuições profissionais, de como agir profissionalmente. Contudo, é importante primeiro saber o que é ética e qual os seus objetivos para com a sua realização na sociedade.

### 3.3 Código de ética e projeto ético político: ações sociais e demandas do terceiro setor

Para entendermos melhor o conceito de ética profissional, Barroco (2005) conceitua:

A ética profissional é um modo particular de objetivação da vida ética. Suas particularidades se inscrevem na relação entre o conjunto complexo de necessidades que legitimam a profissão na divisão sociotécnica do trabalho, conferindo-lhe determinadas demandas, e suas respostas específicas, entendidas em sua dimensão teleológica e em face das implicações ético-políticas do produto concreto de sua ação (BARROCO, 2005, p. 67).

Trata-se das particularidades e posições que o profissional assistente social deve assumir diante da demanda, e nas relações sociais, criando objetivos e normatizando a realização dos trabalhos na sociedade e o compromisso com a classe trabalhadora. Seus valores refletem um compromisso político com a participação democrática e a construção das políticas sociais e com um perfil de Estado que dê respostas a “questão social”, no enfrentamento das desigualdades sociais existentes na sociedade, através das políticas e nas suas criações de leis para a justiça social (BARROCO, 2004).

Alencar (2009) exemplifica como são os propósitos de convicções da forma de atuação neste espaço, o “terceiro setor”;

O primeiro elemento a assinalar é que aquele espaço profissional-ocupacional dos assistentes sociais, constituído sob os princípios da politização da questão social, passa a ceder lugar às chamadas organizações sociais, imbuído dos princípios da ajuda e solidariedade e que pode levar à desprofissionalização do atendimento social (ALENCAR, 2009, p.12).

Instituições de “terceiro setor” são os principais setores e espaços da necessidade dos profissionais de Serviço Social, com a intenção de reconhecer e atender as expressões da questão social, e o faz muitas vezes por caridade, o que acarreta na fragmentação diante das políticas sociais ao realizar e garantir os direitos ao atender demandas, limitando a viabilização dos direitos, ao despolitizá-los, à população em situação vulnerável.

E com isso pode prejudicar a garantia de direitos, pois a forma de realização das ações é por meio da “solidariedade e ela é tida como uma opção” (MONTANÕ,

2005, p.166). A palavra opção é uma escolha, ou seja, é seletivo quanto na hora da realização de garantia de direitos. A desprofissionalização remete à exclusão das atribuições dos/as assistentes sociais, definindo por outros viés teóricos, nos processos de construção e execução de políticas sociais públicas, deixando de lado como prioridade a assistência social e se aproximando no assistencialismo.

O trabalho do assistente social em instituições filantrópicas, ou seja, em organizações privadas não lucrativas implica na luta por manter o compromisso com o Projeto ético-político que visa o desenvolvimento do coletivo e não do individual. E que a garantia de direitos seja para todos por meio das realizações de políticas sociais e públicas mediante a participação do Estado.

O projeto ético-político que foi realizado sobre as referências do movimento de reconceituação e que “é a partir do Código de 1993 que o projeto profissional começa a ser tratado nacionalmente como projeto ético-político (BARROCO, 2004, p. 35)”

Possibilitando a capacidade de gerar o aprofundamento de conhecimentos para o papel fundamental dos profissionais atuais, com os objetivos societários para com a classe trabalhadora e que não sejam vítimas e sim sujeitos de direitos. Tendo um novo projeto profissional, favorecendo a democracia.

Firmar no compromisso do projeto ético-político seria a melhor escolha para a atuação do assistente social no enfrentamento das desigualdades sociais, que diante do desenvolvimento do capitalismo, traz grandes desafios. Percebe-se que as bases da origem do Serviço Social ainda são presente, ficando os obstáculos para a realização do trabalho dos profissionais assistentes sociais e seu desafio é mediante o estado neoliberal, lutar contra a reprodução social que o processo de produção capitalista faz a surgir (CARVALHO; IAMAMOTO, 2006).

Por meio dos espaços sócio ocupacionais, o papel fundamental dos assistentes sociais é que principalmente os de situação de vulnerabilidade sejam sujeitos de direitos, de participação nas políticas, o desenvolvimento social seja democrático e participativo, tendo os profissionais assistentes sociais uma consciência crítica diante das relações sociais na contemporaneidade.

#### **4 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA INSTITUIÇÃO APRENDIZADO MARISTA PADRE LANCÍSIO**

O Aprendizado Marista Padre Lancísio é uma escola de educação infantil e fundamenta em período integral, foi fundada em 1947 pelo Dom Emanuel e seu bispo auxiliar Dom Abel Ribeiro Camelo. Primeiramente, a instituição era de internato, chamado de APTA (Assistência ao Pequeno Trabalhador Autônomo) com o objetivo de abrigar meninos carentes. No ano de 1963, a instituição mudou de nome para Aprendizado Agrícola São José e a direção do estabelecimento foi entregue ao silvaniense nascido em Silvânia-Goiás, Pe. Lancísio de Sousa Batista. Padre Lancísio, mesmo encontrando dificuldades econômicas lutou pela permanência da assistência na casa. Em 4 de outubro de 1974 os irmãos Maristas vieram ao Aprendizado e perceberam necessidade de colaborar na construção e na permanência da instituição na cidade. No dia 2 de janeiro 1980, a Província Marista do Rio de Janeiro assumiu o Aprendizado. (COTRIM,1988).

A partir daí a instituição passou a ser reconhecida como Aprendizado Marista Pe. Lancísio, em sua homenagem, por lutar sempre para o bem da instituição, por uma boa educação aos alunos. E foi se reformando a escola como uma estrutura pedagógica arrojada e construtiva, promovendo, ao mesmo tempo, uma formação contínua de educadores da unidade escolar, cidade e região.

Na realização da política de educação, o/a assistente social vem realizando nos meios de organização e estratégias das políticas sociais na garantia de seus direitos para com os estudantes, envolvendo uma vinculação entre pais e alunos, professores e funcionários, tendo o seu papel fundamental na participação e formulação de projetos, garantia de acordo com as situações cotidianas nas escolas (MARISTA,2020).

O Aprendizado Marista Padre Lancísio é uma entidade educacional gratuita, com parceria da União Brasileira de Educação e Ensino (UBEE), e oferece bolsas de estudos de 100%. Em sua atuação como instituição beneficente tem como critério o processo seletivo disponibilizado através de normativas para a avaliação da situação econômica de cada família tendo como duas descrições, o social, ligado a condição de vida do aluno e com os seus responsáveis e no financeiro que está relacionada à

renda de cada integrante do grupo familiar, de acordo com a porcentagem e contagem, conforme citado no edital da UBEE, no artigo da Portaria MEC nº15/2017 artigo 12

Art. 12. Para fins de apuração da renda familiar bruta mensal per capita, bem como de seleção de beneficiários dos benefícios de Tipo 2, entende-se como grupo familiar a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras pessoas que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todas moradoras em um mesmo domicílio (BRASIL, 2017).

Para a garantia de bolsa de estudo, é necessário a presença do profissional assistente social dentro da instituição para fazer levantamento e estudo financeiros de cada integrante do grupo familiar do candidato, “cuja renda bruta familiar mensal *per capita* não exceda o valor 1 ½ (um e meio) salário mínimo vigente nacional” (UBEE, 2019, p.02).

Atende crianças em situação de vulnerabilidade social do Ensino Fundamental I (anos iniciais), sendo 10 turmas com aproximadamente 317 crianças na faixa etária de 06 a 12 anos, além de Educação Infantil, 1º e 2º anos, sendo 125 crianças (MARISTA, 2019).

A maioria dos alunos compõe grupos familiares de pessoas autônomas e empregadas domésticas, que não tem casa própria e alguns se encontram em situação de vulnerabilidade. Muitos vivem de aluguel, outros em moradia cedida. Em situação inadequada, sem alimentação correta, com condições mínimas de vida na sociedade, sendo que a maioria os alunos são cuidados somente pelas genitoras e sem o apoio dos genitores, são alguns dos fatores primordiais para a concorrência por uma vaga de ensino em uma instituição de qualidade com o apoio de educadores. A instituição além de oferecer a escolaridade de ensino infantil e ensino fundamental, possui também atividades como natação, danças, músicas, educação ambiental etc, além de oferecer atendimento de enfermagem, odontologias, e em especial a assistência social, a qual seria fundamental que todas as escolas possuíssem (MARISTA, 2020).

#### **4.1 Serviço Social e escola aprendizado marista padre Lancísio**

O Serviço Social é fundamental dentro da instituição quando se trata de

alunos crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade precisando dada mediação do assistente social para acessarem o direito a educação conforme está no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para isso é também necessário, disponibilizar e viabilizar com presteza o desenvolvimento escolar dos alunados. De acordo com a Constituição Federal, da educação, da cultura e do desporto; seção da educação; capítulo III, diz que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, Art. 205).

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988, Art. 206).

Educação é um direito universal registrado na Constituição Federal de 1988, que deve ser garantido para o melhor desenvolvimento de crianças e adolescentes e, por fim, da humanidade. E que em seu ambiente seja realizado de forma democrática e igualdade, sem fazer acepções na garantia de direitos e conhecimentos.

A ideia é garantir o direito das crianças a estudar e se desenvolver como uma pessoa, como cidadão preparado para conviver na sociedade e para sua formação profissional ao longo do tempo. E o papel fundamental dos profissionais assistentes sociais na política de educação, de acordo com o CFESS (2013);

*E a inserção dos assistentes sociais na política de educação, ao longo das últimas duas décadas, responde sobretudo às requisições socioinstitucionais de **ampliação das condições de acesso e de permanência da população nos diferentes níveis de modalidades de educação**[...] (CFESS, 2013, p.37 grifo nosso).*

Fazendo estudos socioeconômicos, da realidade que molda as condições dos estudantes o assistente social responde aos requerimentos de bolsas de estudos, para os alunos obterem o direito da inserção na instituição Aprendizado Marista Padre Lancísio e para a sua permanência. O plano de trabalho da instituição é, Assessoramento e Formação

- Acompanhamento dos programas, projetos e diferentes ações, na

perspectiva da solidariedade e da garantia dos direitos humanos, com foco nas infâncias, adolescências e juventudes, que estão em curso nas unidades socioeducacionais.

### Programa de Concessão de Bolsa Social

- Processo de bolsa; Garantia de acesso e permanência dos estudantes bolsistas e acompanhamento dos processos de concessão de bolsa de estudo.

### Controle Social e Incidência Política

- Atuação nos espaços de incidência política e controle social (Conselhos e Fóruns) (MARISTA,2020)

Estes são os presentes eixos que subsidiaram os planos da instituição para a realização do trabalho do assistente social, e entre os seus atributos e princípios está a defesa dos direitos humanos. A colaboração do conjunto de elaborar projetos para vínculo social, a convivência entre o respeito e para o conhecimento de direitos humanos dos alunos, pais e funcionários para manterem a conscientização sobre os seus direitos e deveres, uma construção de ações democráticas pelo reconhecimento de seus benefícios.

Para incluir e manter na instituição, os alunos, e candidatos são necessários critérios para o requerimento de bolsas e torna-se importante a existência de um/a assistente social para realizar avaliações sócias- econômicas tendo como instrumentais o estudo, a entrevista e o parecer social. Sua importância é também para conhecer a realidade vivida por cada aluno e seus responsáveis e procurar meios de amenizar as escassezes vividas por eles, e com isso o assistente social tende obter conhecimentos de como está sendo realizado e proposto benefício dentro da instituição.

No primeiro plano citado, percebemos que através dos principais princípios e valores que estão dentro do projeto ético-político, como por exemplo, valor da liberdade (autonomia); a justiça social; a equidade e a democracia como a participação igualitária (BARROCO; TERRA,2012) está em consonância ao código de ética do profissional assistente social, ou seja, o respeito ao coletivo de participação de vários e diferentes profissionais, durante as reuniões multidisciplinares, com o objetivo de formação e conhecimento dos alunos da instituição durante as diferentes atividades e projetos criados para os mesmos,

comprometido com os direitos humanos.

Das competências exigidas ao assistente social na instituição uma delas é participar em uma das reuniões do Núcleo de apoio pedagógico (NAP), nas quais são discutidas situações de violência contra os alunos, os seus comportamentos e atitudes que levam os profissionais a intervir por meio de estratégias que fundamentam a educação escolar e social. Desenvolve-se e realiza-se programas para o vínculo familiar evitando a não participação da família na educação de seus filhos. Para tanto, é preciso visitar o grupo familiar de cada aluno necessitado e encaminhar pedidos na rede de proteção social existente no município (MARISTA, 2019).

E é a partir daí que percebemos a importância do profissional de Serviço Social e sua participação em reuniões multidisciplinares nas escolas, conseguindo capturar a sua determinada demanda, podendo realizar meios estratégicos para amenizar conflitos e ou para a conscientização dos alunos e na erradicação de violências e sobre os direitos 03 jun.2019.

Reconhece-se que o/a assistente social está identificando as “demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado”, como previsto no Código de Ética (CFESS,2013, p.26).

No segundo plano de trabalho da instituição para a realização dos profissionais de Serviço Social na escola Marista, conforme já foi citado, entendemos que para a realização de concessão de bolsas de estudos é necessário avaliações socioeconômicas. Este plano está em consonância nos subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

XI – realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (CFESS, 2013, p.29).

A partir das entrevistas realizadas dentro da instituição, juntamente com as famílias dos candidatos, são realizados os estudos da renda de todos os indivíduos do conjunto da família na casa, e ao final de todos esses estudos é realizado o parecer social, de acordo com as atribuições privativas do Assistente Social,

prevista, por exemplo, no art. 5, que diz: realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social” (CFESS,2013, p.30). De acordo com as anotações feitas no diário de campo durante o estágio realizado na instituição, dentre os objetivos de realizar o parecer social que está previsto no código de ética é “manter identificados os dados de cada membro familiar dos candidatos à bolsa de estudos” 07 nov. 2019.

Já na avaliação foi registrado o seguinte;

Assim da concessão de bolsa de estudos adquirida pela instituição, a importância do assistente social nas escolas realizar o processo de bolsas de estudos, nele precisará realizar e mostrar o resultado final através de seus instrumentais tecno-operativos o parecer social, com isso mostrando se o usuário foi deferido ou indeferido na concessão de bolsa de estudos (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Percebe-se que fazer avaliação socioeconômica é uma das atribuições do assistente social, caracterizando que a assistente social da instituição Marista está de acordo com o Código de Ética, porém cabe avaliar se os fundamentos teórico-metodológicos estão de acordo com o Projeto Ético Político, o que entendemos possuir uma visão crítica e dialética.

De acordo com as anotações do diário de campo dentre das atividades, registrou-se que “foi feita a organização do novo espaço de trabalho”, com o objetivo de “obter o melhor atendimento na entrevista socioeconômica Às famílias de candidatos a bolsa de estudos” 17 out. 2019.

Foi registrado também na avaliação sobre a organização realizada;

Sobre a mudança de local (sala) de atendimento foi-se necessária para o melhor atendimento de entrevista socioeconômica de familiares e ou responsáveis de candidatos a bolsa de estudos, pois a sala anterior era do Serviço Social e Orientação educacional, assim para manter sigilo diante da entrevista ocorreu a tal mudança, ficando uma sala somente para o Serviço Social 17 out.2019

Percebe-se o compromisso do Serviço Social da instituição com a exigência de um local adequado para o atendimento ao público usuário, visando o aperfeiçoamento da realização de suas competências, cumprindo os princípios e os valores presentes no Código de Ética Profissional de 1993, tal qual o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento

intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS,2013, p.33).

No que tange ao terceiro plano, trata-se da participação de equipe multiprofissionais em vários conselhos para promover o fortalecimento da Rede de proteção e discutir estratégias de trabalho para melhor atender as demandas. Por exemplo, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Conselho Regional de Assistência Social (CREAS) e o Conselho tutelar, para o profissional assistente social e outros profissionais em outras instituições e do próprio conselho a conhecerem com profundidade e de forma crítica, uma determinada situação e demanda e ou expressão da questão social (MARISTA,2020).

De acordo com as anotações feitas pelo diário de campo, registrou-se uma reunião juntamente com a/o assistente social e demais profissionais de outros setores e conselhos e verificou-se a extrema importância da realização e relevância da articulação, participação de todos os profissionais, portanto de desenvolvimento coletivo, exerce todos os profissionais a atividade de pluralismo, de democracia: 09 mai. 2019

Dentre no marco organizacional da escola, seus vínculos com a proteção pública são:

O Aprendizado Marista Padre Lancísio como defensor das políticas públicas e peça primordial na proteção e defesa dos direitos da criança e adolescente tem como parceiro nesta luta os seguintes órgãos: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Comitê de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente, Conselho Tutelar, Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Secretária Municipal de Transporte, Secretaria Municipal de Saúde, Conselho Municipal da Criança e Adolescente, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, Secretaria Municipal de Proteção e Promoção da Mulher, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Organizações não governamental do Estado de Goiás, Mesa Brasil (MARISTA, 2020).

Diante dos objetivos colocados dentro do plano de trabalho do/a assistente social colocados pela instituição Aprendizado Marista Padre Lancísio, percebe-se a sua preocupação em garantir proteção social e garantia do direito à educação aos alunos bolsistas, o seu reconhecimento de estar vinculado a atender e minimizar mazelas sociais, exclusão social e situação de vulnerabilidade social que se encontram nos grupos familiares de alunos, por meio das redes de proteções

existentes no município, políticas sociais e as políticas públicas criam-se vínculos com a instituição.

E que os profissionais assistentes sociais são, juntamente com os outros profissionais, os protagonistas na garantia dos direitos previstos na Constituição Federal 1988, e com isso percebemos a importância de estar vinculado e comprometido na elaboração de políticas públicas, podendo contribuir na elaboração e realização de direitos públicos para com os/as alunos dentro da instituição e que entendemos isso como a reafirmação do compromisso com o projeto ético-político profissional por parte do assistente social.

Percebe-se a importância da profissão do Serviço Social em seus espaços, são contratados para a sua realização de garantias de políticas sociais, mais que é devidamente carregado em grandes desafios dentro da instituição.

A autora Piana (2009), sobre objetivos educativos contendo no projeto ético-político;

Assim, essa função educativa, contida no projeto ético-político da profissão, contribui para novas relações pedagógicas entre o assistente social e o usuário de seus serviços. Tais relações favorecem uma maior participação dos sujeitos envolvidos por meio do conhecimento crítico sobre a realidade e dos recursos institucionais para a construção de ações estratégicas, atendendo aos interesses das classes subalternas e à mobilização, à organização, ao fortalecimento e à instrumentalização das lutas para a conquista de uma classe hegemônica. (PIANA, 2009, p.146).

Para a elaboração de procedimentos na conscientização como sujeitos de direitos, são destacados marcos importantes que envolvem nos direitos humanos e proteção para com os alunos é realizada movimentação e encontros de palestras, para realizar informações e caravanas com o cunho de encorajar nos seus conhecimentos aos alunos sobre os seus direitos. De acordo com os registros feitos no diário de campo, várias mobilizações foram realizadas, como por exemplo, a organização da campanha de “Faça Bonito” conscientizando sobre o dia 18 de maio dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; as ornamentações da semana de erradicação do trabalho infantil; a abertura da semana sobre o 29 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), fazendo com que os alunos conheçam os seus direitos e deveres 13 mai. 2019; 06 jun. 2019; 05 ago. 2019.

No que tange aos desafios do profissional dentro da instituição foi realizada uma entrevista a assistente social da instituição para responder a esse respeito de suas lutas e desafios sobre o código de ética e o projeto ético-político.

Foram feitas 3 seguintes perguntas, primeiro sobre se a assistente social está atento ao código de ética, cuja resposta foi:

R. Sim, pois se trata de um instrumento normativo que vive em ligação com os demais, nos norteando no processo democrático e na atuação profissional.

Percebe-se que com a resposta demonstra que o código de ética está sempre ao lado do profissional, para fins na construção e realização de um perfil de assistente social democrático, firmado em consonância ao respeito com os que são sujeitos de direitos, e também vive uma parceria por meio de pluralismo dentre dos demais e diferentes profissionais, em prol dos direitos humanos.

Na segunda pergunta se quis saber sobre o projeto ético-político em processo de consolidação, perguntando o seguinte:

Você se enquadra ao projeto ético-político?

R. Vivemos em constante aprendizagem, nossa categoria prossegui em constante luta para garantir nosso espaço de direito e garantir uma voz ativa ao serviço social.

O Projeto ético-político está sempre em construção, não veio de fato como um conceito, um significado, veio surgindo através de grandes trajetórias e histórias que se fez a sua construção, então a luta sempre está presente no mundo contemporâneo.

E por último, perguntou-se sobre as suas lutas para se posicionar de fato em sintonia como projeto ético-político, dentro da instituição escolar com vínculos filantrópicos. O profissional respondeu que:

R. Infelizmente o Serviço Social é visto como assistencialismo e na área da educação não é diferente, devemos persistir na garantia dos direitos e em tornar nosso público crítico e proativo, para que saibam que a educação é muito mais que ler e escrever. E por meio de capacitações e conhecimentos aos pouquinhos vamos conseguindo espaço em local de grande valia para o desenvolvimento humano. A educação é uma caixinha de surpresa e devemos usar esse mundo em favor dos nossos ideais e princípios,

partilhando aos demais sobre os direitos e deveres, sobre a classe trabalhadora e forma de lutar contra o capitalismo.

Ainda que estejam no século XX, os valores e prisms sobre a história do surgimento do Serviço Social em tempos em que eram realizados de forma de auto ajuda, existe na contemporaneidade e dentro da instituição escolar de cunho de terceiro setor sem fins lucrativos não mudou nada, o que os colocam a sempre estar em luta na realização de direitos e conceder a população conhecimentos críticos e participativos. Entendendo que obter conhecimentos não é somente adquirir formação educacional, é também para abrir novos horizontes e caminhos para novas descobertas para viver de fato a igualdade social e respeito aos direitos humanos, usando dos nossos conhecimentos em prol da humanidade e principalmente em prol daqueles que realmente lutam pelos seus, nossos direitos a classe trabalhadora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto atual encontram-se grandes desafios ainda mais que diante da atual conjuntura, o neoliberalismo e sua forma política, social e econômica que afeta a garantia dos direitos públicos para com a sociedade, fazendo com que as classes sociais sejam divididas pelos interesses antagônicos e, surgindo às expressões da questão social por parte do desenvolvimento capitalista.

É necessário entender que com as crises acontecidas em 1929, e em 1970 e a “ofensa neoliberal” ao justificar que com as existências da questão social foi por causa de grandes políticas existente em favor das causas sociais, da seguridade social e assim implantando a nova política econômica o neoliberalismo, fazendo com que os espaços de “terceiro setor” sejam grandes focos de sua alta existência na sociedade. Fazendo com que profissionais assistentes sociais sejam os principais protagonistas na realização de políticas sociais dentro de instituições de terceiro setor.

A atuação do Serviço Social nas instituições filantrópicas é ainda um grande desafio para os/as assistentes sociais. Percebe-se que na instituição Aprendizado Marista Padre Lancísio a realização de garantia de bolsas de estudos não é suficiente para atender a todos, ou seja, se encontram limitadas, com isso selecionando a garantia dos direitos aos estudos, não conseguindo atender todos os candidatos para a concessão de bolsas.

De acordo com o levantamento da pesquisa por meio de documentos institucionais e das anotações feita no diário de campo com a realização de estágio supervisionado, e a entrevista realizada pela assistente social dentro da instituição, a hipótese foi confirmada, apesar de grandes desafios colocados, o/a assistente social da instituição consegue trabalhar em conformidade ao Código de Ética de 1993, e está em consonância com o compromisso ético-político, contribuindo no coletivismo, na democracia e na garantia de direitos sociais perante nas políticas sociais e redes de proteção social e desenvolvendo conscientização de direitos por meio de mobilizações de datas e celebrações de direitos implantados para com os direitos humanos.

Por mais que o profissional assistente sociais siga seus valores e princípios ancorados no projeto ético-político dentro de instituição de terceiro setor, com viés filantrópicos, sempre estará existindo a contradição por parte da diminuição das

responsabilidades do Estado para com a sociedade, deixando o Estado apenas na “preocupação com a satisfação dos desejos do mercado” (ANDRADE,2015, p.98) acarretando no aumento das responsabilidades por meio da sociedade civil o que pode gerar limitações na garantia de direitos para com a população, deixando de ser universal o que com o Estado seria de excelência através de políticas públicas. Assim, aumentando a força de um sistema capital com jus neoliberais e na acumulação de riqueza.

No trabalho do/a assistente social dentro da instituição, a sua atuação promove a construção de um olhar crítico dos alunos e demais funcionários, tendo conquistado nos âmbitos de sua função a conscientização de fato sobre a conquista de direitos humanos, sobre a importância de sempre buscar conhecimentos a respeito de seus direitos e deveres. E os desafios existentes são sobre as limitações de concessão de bolsas para garantir a todos os candidatos, o que entendemos que dentro de instituição de terceiro setor há fronteiras a serem barradas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ANDRADE, Renato. **Serviço Social, gestão e terceiro setor: dilemas nas políticas sociais**. São Paulo: Saraiva, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2006.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e serviço Social: fundamentos ontológicos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do serviço social. **Serviço social e sociedade**, São Paulo, v.24, n. 79, p. 27-42, set. 2004.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de Política Social. In: CFESS. **Abordagens da política social e da cidadania**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2000.

BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 54-71, jan./abr. 2017.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa do Brasil de 1988**. De 05 de outubro 1988. Brasília: Edições Técnicas, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria normativa nº 15, de 11 de agosto de 2017**. Dispõe sobre o processo de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social com atuação na área da educação, Brasília. Disponível em: [https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19235827/do1-2017-08-14-portaria-normativa-n-15-de-11-de-agosto-de-2017-19235528](https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19235827/do1-2017-08-14-portaria-normativa-n-15-de-11-de-agosto-de-2017-19235528). Acesso em: 09 dez. 2020.

BRAZ, Marcelo; TEIXEIRA, Joaquina Barata. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS. **Abordagens da política social e da cidadania**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2000.

CARVALHO, Raul de; IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CASTRO, Luíza. **Terceiro setor: 4 pontos para qualquer um entender**. Politize, 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/terceiro-setor-o-que-e/>. Acesso em: 26, nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília, CEFSS, 2013.

COTRIM, Edmar Camilo. **Silvânia: enredo e personagens**. Goiânia: Kelps; Silvânia: Anima, 1998.

DORIGO, Gian paolo; VICENTINO, Cláudio. **História geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2010.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARISTA. **Plano de Trabalho Assistente Social – Unidade 1**, 2019.

MARISTA. **Plano de Trabalho Assistente Social – Unidade 1**, 2020.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2009.

MONTAÑO, Carlos. Um projeto para o serviço social crítico. **Katálisis**, Florianópolis, v.9, n.2, p.1-17, jul./dez. 2006.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MOTA, Ana Elizabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. *In*: CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A questão social e as transformações das políticas sociais: respostas do estado e da sociedade civil. **SER Social**, Brasília, v.36, n. 6, p. 119-132, jan./jun. 2000.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo : Cultura Acadêmica, 2009.

PROVÍNCIA MARISTA BRASIL CENTRO-NORTE. **Plano estratégico 2014/2023-Revisão**. 2018.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **Serviço Social: processos e técnicas**. 5.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1981.

UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO. **Edital unificado nº 02/2019**. Processo Seletivo para concessão/renovação de bolsa social de estudo para o ano letivo 2020. UBEE, ano 2019, p.01-08, 07 out. 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio histórico da profissão. *In*: CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

## **APÊNDICE**

### **APÊNDICE A – Modelo de questionário aplicado**

#### **QUESTIONÁRIO**

1-Esta sempre atenta ao código de ética?

2-Você se enquadra ao projeto ético-político?

3-Qual foi o maior obstáculo em se posicionar ao projeto ético-político ainda hoje e quais são suas lutas diante da instituição para conquistar um mundo mais societário?

## APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa sobre (colocar o tema), a ser realizada pela acadêmica do curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, (colocar seu nome), sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Ms.<sup>e</sup> Danielli da Silva Borges Reis; pesquisa está indispensável à construção do trabalho de conclusão do referido curso e conforme determina a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, expedida pelo Plenário do Conselho Nacional de Saúde.

(Apresentar breve texto com o porquê da coleta de dados, ou seja, a justificativa; seus objetivos e procedimentos que serão utilizados. Esse é um documento que será lido e assinado pelos entrevistados/questionados, além dos benefícios esperados com essa participação. Assim, uma linguagem rebuscada demais pode não ajudar. Seja claro e objetivo.).

Eu, (colocar seu nome), pesquisador, declaro garantir:

**A plena liberdade:** você pode se recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem nenhuma penalização.

**A participação espontânea:** sua participação na pesquisa é espontânea, livre de qualquer forma de remuneração.

**A confidencialidade do estudo:** garantimos que as informações coletadas serão mantidas em sigilo durante todas as fases da pesquisa e usadas somente para os fins deste estudo e/ou produção de artigos posteriores.

**O esclarecimento:** além das informações preliminares acerca do estudo, você terá direito a esclarecimentos adicionais em qualquer momento da pesquisa.

**Sobre os riscos ou desconfortos:** informamos que sua participação na pesquisa não lhe causará nenhum tipo de risco ou desconforto. Caso sinta qualquer desconforto durante a abordagem, a mesma será interrompida até que esteja em condições de ser reiniciada. Sua participação é muito importante, pois seus relatos, opiniões e sugestões contribuirão para a compreensão e aprofundamento do referido estudo.

**Uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.**

Eu, \_\_\_\_\_ RG nº \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_ abaixo assinado, afirmo que li e

discuti com a pesquisadora do presente estudo os detalhes descritos neste documento. Entendo que sou livre para aceitar ou recusar a minha participação e que posso interrompê-la a qualquer momento sem dar alguma razão. Concordo, assim, em participar da pesquisa sobre (colocar o tema) e que as informações coletadas para tal estudo sejam usadas somente para o propósito acima descrito, sem que isto traga nenhum prejuízo para mim.

Sei também que, caso os resultados deste trabalho sejam divulgados, o meu nome e meus dados pessoais serão mantidos em sigilo e as informações que fornecerei só serão utilizadas para fins de pesquisa.

Concordo que, se necessário for, a coleta de dados seja gravada.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

**Convidado**

---

**Pesquisador**

(Ambas as páginas devem ser rubricadas pelo entrevistado e pesquisador, no canto inferior direito ou esquerdo)



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
 PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
 INSTITUCIONAL  
 Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
 Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
 Goiânia | Goiás | Brasil  
 Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62) 3946.3080  
 www.pucgoias.edu.br | prodin@pucgoias.edu.br

## RESOLUÇÃO n°038/2020 – CEPE

### ANEXO I

#### APÊNDICE ao TCC

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A)estudante Thaís Isabel Santos Cotrim do Curso de Serviço Social, matrícula 20171000700953, telefone: (62) 999969614 e-mail thaiscotrim10@gmail.com, na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei n° 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado " O Serviço Social no Terceiro Setor: uma reflexão acerca do trabalho do assistente social sob a luz do Projeto Ético-Político", gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 16 de dezembro de 2020.

Assinatura do(s) autor(es): Thaís Isabel Santos Cotrim

Nome completo do autor: Thaís Isabel Santos Cotrim

Assinatura do professor-orientador: Danielli Silva B. Reis

Nome completo do professor-orientador: Danielli da Silva Borges Reis